

1 Aos trinta dias do mês de junho ano de dois mil e dezoito, às nove horas e trinta minutos,
2 na sede do Conselho Federal de Psicologia - CFP, situado no Setor de Administração
3 Federal Sul, quadra dois, bloco "B", Edifício Via Office, térreo, sala cento e quatro,
4 Brasília, Distrito Federal, iniciou-se a décima nona sessão plenária do décimo sétimo
5 plenário do Conselho Federal de Psicologia. Estavam presentes nessa ocasião Ana Sandra
6 Fernandes Arcoverde Nóbrega; Célia Zenaide da Silva; Cleia Oliveira Cunha; Daniela
7 Sacramento Zanini; Elizabeth de Lacerda Barbosa; Fabián Javier Marin Rueda; Daniela
8 Zanini Corrêa de Araujo; Iolete Ribeiro da Silva; Jureuda Duarte Guerra; Maria Márcia
9 Badaró Bandeira; Marisa Helena Alves; Paulo José Barroso de Aguiar Pessoa; Paulo
10 Roberto Martins Maldos; Pedro Paulo Gastalho de Bicalho; Regina Lúcia Sucupira
11 Pedroza; Rogério Giannini; Rosane Lorena Granzotto; Sandra Elena Sposito. A discussão
12 continuou seguindo a pauta iniciada no dia anterior. 8. COMERCIALIZAÇÃO DE
13 LIVROS COM INFORMAÇÕES DE TESTES PSICOLÓGICOS SEM RESTRIÇÃO:
14 Fabián Rueda explicou que a Comissão Consultiva em Avaliação Psicológica do CFP -
15 CCAP sempre adotou medidas para orientar as editoras quanto à comercialização de testes
16 psicológicos. No entanto, vários problemas têm aumentado, como o caso de venda de
17 material de forma aberta, mas com informações que são restritas aos psicólogos. Ele
18 explicou que agora há cerca de nove testes psicológicos expostos em dois livros da editora
19 Pearson. Fabián Rueda contou que os manuais dos testes não são respeitados, pois a editora
20 traz apenas um resumo do material. Ele explicou que o assunto já foi discutido pela CCAP
21 e está pautado também para a próxima reunião dela. Entretanto, a Gerência Técnica do CFP
22 - GTEC informou que em dois dias chegaram mais de dez denúncias sobre esse material,
23 por isso, se faz mais urgente a tomada de providências. Fabián Rueda contou que Monalisa
24 Muniz, Presidente do Ibpap - Instituto Brasileiro de Avaliação Psicológica, e membro do
25 CRP-06/SP, entrou em contato dizendo que recebeu essas denúncias também. Ana Sandra
26 Arcoverde informou que na Paraíba houve um concurso com avaliação psicológica em que
27 um teste psicológico utilizado estava vencido desde abril. A banca informou que iria retirar
28 esse teste do processo de avaliação e iria manter o concurso e a avaliação realizada. O
29 Ministério Público suspendeu o concurso. Uma juíza entendeu que o concurso pode ser
30 mantido, porque para ela, a resolução não tem força para regular sobre concurso público. O
31 concurso está suspenso até a decisão sobre a avaliação psicológica. Ana Sandra Arcoverde
32 avaliou que chegou o momento de tratar do assunto na justiça de fato, para se evidenciar o
33 papel de regulamentação do CFP sobre os testes psicológicos, para o cumprimento da lei
34 que determina que os testes são privativos de psicólogos. Foi deliberado pelo plenário que o
35 CFP mova ação judicial contra a editora. Foi deliberado também que o assunto deve ser
36 pautado para a próxima reunião do FENPB - Fórum de Entidades Nacionais da Psicologia
37 Brasileira. 9. EDITAL PARA REGULAMENTO DO PRÊMIO PROFISSIONAL
38 AVALIAÇÃO PSICOLÓGICA E INCLUSÃO: Fabián Rueda informou que o prêmio é
39 uma iniciativa em comemoração aos quinze anos do Satepsi - Sistema de Avaliação de
40 Testes Psicológicos. A ideia é receber artigos com relatos de experiência de profissionais
41 sobre a avaliação psicológica em pessoas com deficiência. Para tanto, a CCAP resgatou
42 editais anteriores do CFP, que ofereceram premiação em dinheiro para os vencedores, e já
43 se verificou com o Setor Financeiro que há verba disponível para isso. Fabián Rueda
44 informou que a sugestão é entregar a premiação no Congresso Brasileiro de Psicologia -
45 CBP, de modo que o CFP teria de pagar também as passagens e hospedagens dos
46 vencedores. A sugestão foi aprovada pelo plenário. Pedro Paulo Bicalho sugeriu que o

[Handwritten signatures and initials in blue ink]

47 nome do prêmio possa ser “avaliação psicológica, diversidade e inclusão”. Andrea
48 Esmeraldo sugeriu não utilizar “inclusão”, mas sim “processo de inclusão”. Norma Cosmo
49 e Elizabeth de Lacerda Barbosa explicaram que tanto a pessoa superdotada quanto a pessoa
50 com deficiência estão inseridas na educação especial. Foi deliberado que a CCAP avalie
51 bem o nome do prêmio, para refletir exatamente o que se pretende. Ficou combinado que
52 Biancha Angelucci deve ser consultada a respeito do título do prêmio. 10. USO DO
53 TESTE RAVLT POR FONOAUDIÓLOGOS E RESOLUÇÃO CFFA QUE DISPÕE
54 SOBRE NEUROPSICOLOGIA: Fabián Rueda lembrou que um diálogo se iniciou com o
55 Conselho Federal de Fonoaudiologia – CFFA em virtude do teste psicológico Neupsilin,
56 que, depois de aprovado pelo CFP, foi requerido para uso profissional também dos
57 fonoaudiólogos. O caso do Neupsilin foi resolvido e agora há outro teste na mesma
58 situação. A CCAP pretende responder que no novo pedido não cabe a possibilidade de uso
59 do teste por outros profissionais, mas além disso, o assunto foi pautado para a plenária
60 porque desde a época do Neupsilin, o CFFA criou a especialidade de Neuropsicologia para
61 fonoaudiólogos. Assim, a CCAP entende que, ao abrir diálogo com a Fonoaudiologia neste
62 momento sobre esse teste, deverá discutir também sobre a especialidade criada por eles. A
63 CCAP entende que o fonoaudiólogo pode ser especialista em Neurofonoaudiologia e não
64 em Neuropsicologia. Foi explicado que isso está criando conflitos na área, de modo que
65 fica confuso o que deve ser avaliado por cada profissional. Daniela Zanini explicou que o
66 teste é de aprendizagem auditiva verbal, mas propõe também avaliar alguns processos
67 cognitivos da psicologia. E isso caberia exclusivamente aos psicólogos. Ela explicou que a
68 fonoaudiologia é interdisciplinar, eles próprios se intitulam neurocientistas e
69 neuropsicólogos. O diálogo com o CFFA sobre a especialidade Neuropsicologia foi
70 deliberado. Norma Cosmo lembrou que essa especialidade foi criada há cerca de dois anos,
71 e houve muita movimentação de psicólogos na época, que procuraram o CFP, mas não
72 obtiveram nenhum retorno. Márcia Badaró avaliou que a conversa é necessária inclusive
73 porque o CFP já reconhece a Neuropsicologia como especialidade de psicólogas. 11. USO
74 DAS ESCALAS BECK POR MÉDICOS: Fabián Rueda explicou que o Conselho Regional
75 de Medicina do Ceará publicou documento autorizando o uso das Escalas Beck para
76 médicos. A CCAP não se posicionou na época, porque foi no momento de discussão com a
77 Fonoaudiologia e podia gerar grande impacto na área. Ele avaliou que agora é um momento
78 muito delicado também, porque está em vistas de se discutir o teste RAVLT e o impacto
79 pode ser muito grande. Fabián Rueda explicou que as Escalas Beck são construídas por
80 psiquiatras e são usadas por médicos no mundo todo, assim, a CCAP avalia que tem poucos
81 argumentos para fazer esse enfrentamento. Informou que essa discussão precisará ser feita
82 com o CFM em algum momento, mas a CCAP recomenda que não se faça agora. Daniela
83 Zanini explicou que essa escala é um teste muito simples. Afirmou que isso ajuda a orientar
84 esse tipo de discussão, porque num instrumento assim não se exige um conhecimento de
85 Psicologia. Não há um diagnóstico, é apenas um rastreamento para identificar se pode
86 existir depressão, por exemplo. Daniela Zanini entende que a partir dessa análise, é possível
87 trilhar um caminho para se definir o que deve ser restrito a psicólogos ou não. 12.
88 AVALIAÇÃO DE TESTES PSICOLÓGICOS: TESTE ZULLIGER NO SISTEMA
89 ESCOLA DE PARIS FORMA INDIVIDUAL: Daniela Zanini explicou que o teste está
90 sendo reavaliado, porque há novos estudos de normas específicas para o porte de arma de
91 fogo. Ela informou que no Satepsi há uma legenda com normas específicas para porte de
92 armas. Há um teste específico para a Anac – Agência Nacional de Aviação Civil também.

Handwritten signatures and initials in blue ink at the bottom of the page, including names like 'Márcia', 'Daniela', and various initials.

93 Daniela Zanini lembrou que as normas originais continuam valendo. O parecer apresentado
94 foi aprovado por unanimidade. **TESTE INFANTIL DE MEMÓRIA FORMA REDUZIDA**
95 **(TIME-R):** O parecer favorável foi aprovado por unanimidade. Jureuda Guerra registrou
96 elogio à postura da CCAP que de pronto publicou nota sobre a matéria do Fantástico. Ana
97 Sandra Arcoverde informou que os comentários sobre a nota são ruins, pois afirmam que o
98 CFP não toma nenhuma providência, ignorando a qualidade do documento que inclusive
99 teve incidência na mídia. Fabián Rueda avaliou que falta colocar nas notas do CFP uma
100 explicação inicial do que é possível fazer em relação a cada caso, por exemplo, quando não
101 é possível identificar que psicólogo deu acesso aos testes, fica inviável a abertura de
102 processo ético. Por isso, o possível no caso do Fantástico foi a publicação da nota. Márcia
103 Badaró afirmou que é preciso pensar em como tratar material sigiloso que faz parte de um
104 processo judicial, pois o advogado tem acesso e pode dar destino que quiser ao que compõe
105 o processo. Ela avaliou que a relação da Psicologia com o judiciário está cada dia mais
106 difícil, porque os psicólogos são muito demandados. Sugeriu estreitar diálogo com o
107 Conselho Nacional de Justiça – CNJ sobre isso. Ela lembrou que esse diálogo com o CNJ é
108 deliberação do CNP – Congresso Nacional de Psicologia. Daniela Zanini destacou que a
109 nota saiu com rapidez porque teve apoio das entidades da Psicologia e da Secretaria de
110 Orientação e Ética, com Júnia Lara, que auxiliaram na produção do documento. Iolete
111 Ribeiro informou que a questão do sigilo dos documentos psicológicos que fazem parte de
112 processos e a relação com o judiciário é uma discussão que existe também na temática do
113 depoimento especial. Ela informou que a ABPJ – Associação Brasileira de Psicologia
114 Jurídica defende que o psicólogo faça o depoimento especial. Foi deliberado que esse
115 assunto seja pautado para a reunião do FENPB, com a participação da Iolete Ribeiro, em
116 dois de agosto. **13. CONGRESSO BRASILEIRO DE PSICOLOGIA - CBP:** Fabián Rueda
117 informou que há 9.475 inscritos no evento e que em comparação com o último, nessa fase
118 havia apenas 5.500 inscritos. Informou que há 4.000 inscritos com inscrição já paga, em
119 comparação com o último eram apenas 2.500. Fabián Rueda informou que há 3.084
120 trabalhos inscritos, que o prazo fechou em vinte de junho e foi prorrogado até dezessete de
121 julho. Pediu um esforço maior do CFP. Informou que há 25 trabalhos do GT, 50 do
122 plenário, 64 dos CRPs, mas ainda são números baixos. Ele sugeriu um incentivo aos CRPs.
123 O plenário foi informado de que o CFP está fazendo a inscrição dos conselheiros. **14.**
124 **INFORME SOBRE SÉTIMO CONGRESSO DA ALFEPSI:** Pedro Paulo Bicalho informou
125 que terá pela primeira vez no Brasil um encontro da Alfepsi – Associação Latino
126 Americana de Ensino de Psicologia. Informou que também é a primeira vez que a
127 presidente é mulher e é do Brasil, a Ângela Soligo. Lembrou que 2018 é o ano da formação
128 em psicologia e o Congresso da Alfepsi no Brasil vem somar com essa agenda de
129 atividades. Afirmou que são esperadas quatrocentas pessoas para esse evento. Nos eventos
130 anteriores, contou-se com cerca de dez a vinte brasileiros geralmente. Nesta edição, é
131 provável que haja uma participação maior de brasileiros. Pedro Paulo Bicalho informou que
132 a inscrição é até vinte de julho e os conselheiros estão convidados. Acontecerá de 5 a 8 de
133 setembro na UFRJ – Universidade Federal do Rio de Janeiro. Ele explicou que o congresso
134 prima pelo encontro das pessoas de diferentes nacionalidades, assim, haverá abertura, festa
135 de abertura, mesas com conferencistas magistrats. Não é possível inscrever pôster, nem
136 mesa. É necessária a apresentação oral, que se dará necessariamente em uma sessão com
137 congressistas oriundos de outros países da América Latina. Sandra Spósito sugeriu que o
138 CFP leve as áreas de discussão acumulada e que refletem na formação. Indicou que cada

[Handwritten initials]

[Handwritten signature]

[Handwritten initials]

[Handwritten signature]

[Handwritten initials]

[Handwritten signature]

[Handwritten initials and signatures at the bottom of the page]

185
186
187
188
189
190
191
192
193
194
195
196
197
198
199
200
201
202
203
204
205
206
207
208
209
210
211
212
213
214
215
216
217
218
219
220
221
222
223
224
225
226
227
228
229
230

semelhantes, como um que criava a profissão de psicopedagogia. Ana Sandra Arcoverde informou que a Gerência Técnica do CFP (GTEC/GFP) construiu um parecer e pede que um conselheiro possa apreciá-lo. Rogério Giannini sugeriu o nome de Regina Pedroza para acompanhar o assunto, entretanto, ela afirmou ter dúvidas sobre ser a favor ou contra o projeto. Rogério Giannini se posicionou contrário ao PL e sugeriu aproximação com o Conselho de Educação Física. Ele entendeu que a área se enquadra como especialização de algumas profissões e não como profissão independente. Destacou o movimento de duas forças, uma de criação de profissões, que querem ter Conselhos e outra de criação de cursos de formação. Informou que imagina que há interesses de universidades para a ampliação do mercado de educação. Exemplificou que existe a profissão da arquitetura e a partir disso se criam outras “profissões” como designer de interiores; na medicina existe o oftalmologista e então se cria a “profissão de optometrista”. Afirmou que isso é a fragmentação das profissões, o que gera em verdade uma desregulamentação das profissões. Daniel Arruda (GRI-CFP) lembrou que mais cinco profissões do Fórum de Conselhos Federais (Conselhão) já se posicionaram contrários ao PL. Foi encaminhado que o parecer da GTEC deve ser avaliado pela Gerência Jurídica do CFP. Foi combinado que Jureuda Guerra, Daniela Zannini e Norma Cosmo podem auxiliar na revisão do parecer e articulações necessárias para posicionamento contrário ao PL. O assunto será pautado para a reunião do FENPB. Houve intervalo para o almoço às doze horas e vinte minutos. A reunião foi retomada às treze horas e trinta minutos. 17. INFORME REPRESENTAÇÕES DO CFP FEITAS POR REGINA PEDROZA: Regina Pedroza informou que representa o CFP no Fórum dos Conselhos Profissionais da Área de Saúde, o Conselhinho, e lá o Conselho Federal de Enfermagem apresentou o seu selo de qualidade, que não tem valor legal, mas tem servido para certificar a qualidade dos cursos de graduação de enfermagem, diferenciando os cursos a distância dos cursos presenciais. Na ocasião, o Conselho de Enfermagem solicitou várias informações sobre os cursos de Psicologia. Por exemplo, quantos cursos a distância de Psicologia existem, quantos alunos se formam por ano e se registram nos Conselhos. Ficou combinado que a Gerência de Relações Institucionais do CFP (GRI/CFP) fará uma apresentação com as informações necessárias para a conselheira. Regina Pedroza informou também que representou o CFP no evento de Lançamento Nacional de Formação Online em Direitos Humanos. Além disso, esteve no Fórum de Conselhos de Profissões Regulamentadas, o Conselhão, o qual está tentando entrar em contato com parlamentares para tratar sobre cursos da área de saúde a distância. Ela contou que tem se discutido muito nesse fórum sobre a precarização da formação do profissional a distância, várias ações foram feitas, mas não surtiram efeito, assim, agora o Fórum está se mobilizando para realizar ações mais políticas. Destacou que solicitaram audiências com o Ministro da Educação e as respostas negativas usaram de argumentos esdrúxulos. Regina Pedroza ressaltou que a oferta de cursos é muito maior que a demanda. Inclusive, as falas têm apontado que a profissão de professor está em extinção, porque agora se contratam apenas tutores. Jureuda Guerra informou que na Câmara de Regulação do Trabalho em Saúde do Ministério da Saúde – CRTS/MS também houve apresentação do Conselho Federal de Farmácia contando o histórico dos cursos a distância: como começaram, como funcionam, quantos existem no Brasil e quantos dos formados de fato estão no mercado de trabalho, mostrando que esses cursos na verdade são um grande engodo. Ela sugeriu a criação de um documento que compile as informações sobre educação a distância em Psicologia para usar nas ações políticas. 18. INFORME SOBRE PARCERIA COM O CNJ:

[Handwritten signatures and initials in blue ink on the right margin]

[Handwritten signatures and initials in blue ink at the bottom of the page]

231
232
233
234
235
236
237
238
239
240
241
242
243
244
245
246
247
248
249
250
251
252
253
254
255
256
257
258
259
260
261
262
263
264
265
266
267
268
269
270
271
272
273
274
275
276

Rogério Giannini lembrou que a Ministra Carmem Lúcia, presidente do Conselho Nacional de Justiça – CNJ, já tinha realizado convite à presidência do CFP na gestão anterior, mas não recebeu resposta. Assim, membros da diretoria do CFP, Ana Sandra Arcoverde, Pedro Paulo Bicalho e Rogério Giannini realizaram reunião com ela, e uma das pautas foi a possibilidade de parceria por meio de convênio, para articular uma rede para processos de atendimento a mulheres vítimas de violência doméstica. A ideia foi motivada após resultado de pesquisa em todo o país que mostrou que nos estados em que há psicólogos atuando nos tribunais, existe uma maior resposta no enfrentamento da violência contra a mulher, o que ressaltou a importância do profissional da Psicologia nessa política. Pedro Paulo Bicalho informou que uma das metas do CNJ, no dia 8 de março, era a redução da violência contra a mulher. O conselheiro lembrou que na época isso foi discutido na plenária do CFP e se decidiu trabalhar a partir de serviços-escola. Então isso foi articulado para buscar que em todos os estados haja o trabalho do psicólogo na justiça. Foi feita pesquisa para definir os estados prioritários para início desse projeto e foram indicados os estados do Rio Grande do Norte e Pernambuco. Ele lembrou que a primeira sugestão foi a contratação de profissionais voluntários, o que foi negado pelo CFP. O CFP discutiu a necessidade de um projeto também que viesse a trabalhar com o protagonismo das mulheres, com o cuidado de evitar a revitimização, e para sair do lugar de preconceito. O CFP se colocou no processo também para auxiliar do ponto de vista metodológico, por isso, seria fundamental se trabalhar também com universidades. Com isso, as universidades federais vão ter mais expertise para tratar dessa demanda, recebendo mais uma população para atendimento, gerando aproximação da categoria com o Sistema Judiciário. Com isso se espera que a política pública venha incorporar quadros de psicólogos. Portanto, essa ideia de ter atendimento via serviço-escola é apenas uma fase. O processo caminhou lentamente, e já houve a primeira oficina este ano. Pedro Paulo Bicalho informou que a primeira parceria foi entre CFP, CRP-17/RN, TJRN – Tribunal de Justiça do Rio Grande do Norte e CNJ. Houve um primeiro encontro com nove instituições formadoras do estado, com representantes do judiciário, do qual se definiu que devem haver psicólogos no Ministério Público, na Defensoria e nos Tribunais. Foram dois dias de evento sendo o primeiro dia de discussões, sobre gênero e violência, e o segundo dia de conversa com os atores dessas instituições. O CRP-17/RN ficou como interlocutor com a instituição formadora. Agora o CFP e o CNJ saem da parceria, pois já cumpriram seus papéis e as instâncias regionais darão continuidade ao projeto. A proposta é fazer o segundo encontro em Natal, para discussão e avaliação coletiva dos encaminhamentos locais, e um primeiro encontro em Pernambuco. Foi marcada a data para a assinatura do Termo de Convênio, que se dará na quarta-feira no gabinete da Ministra Carmem Lúcia. Rogério Giannini destacou que foram feitos muitos elogios à oficina. Em diálogo com a ministra, o CFP aproveitou a oportunidade para fazer as devidas críticas sobre como os atores do judiciário têm invadido a autonomia dos profissionais de Psicologia, não só com o depoimento de crianças e adolescentes. Nesse contexto, o CNJ solicitou que o CFP indique uma psicóloga para contribuir com um manual de procedimentos do judiciário que está em construção. 19. INFORME SOBRE COMITÊ DE COMBATE À TORTURA: Márcia Badaró informou que ela e Paulo Maldos estarão nos dias 3, 4 e 5 de julho no Comitê de Combate a Tortura e que depois ela trará os encaminhamentos para a plenária do CFP. 20. PL 9854/2018 – ELEIÇÕES DE ENTIDADES DE CLASSE: Foi informado que o projeto tem sido discutido no Conselho, porque altera uma lei que trata sobre eleições para o poder

[Handwritten signatures and initials on the right margin]

[Handwritten signatures and initials at the bottom of the page]

323 Rio Grande do Norte e em Minas Gerais principalmente, que é a retirada das crianças de
324 mães que moram nas ruas, para colocação em adoção de forma muito rápida. Foram
325 retirados alguns encaminhamentos sobre o assunto na Comissão de Direitos Humanos e
326 alguns deles de responsabilidade do Sistema Conselhos de Psicologia, para chamar os
327 movimentos sociais de população em situação de rua, para conversar sobre isso. A ideia é
328 abrir espaço dentro dos CRPs para tanto, em 19 de agosto, que é o dia de luta da população
329 em situação de rua. Houve relatos de um caso de esterilização de uma mulher em situação
330 de rua, contra a vontade dela. São ações não isoladas que estão avançando na violação de
331 direitos dessas mulheres em várias partes do país. Paulo Maldos lembrou que a ideia é que
332 o movimento seja protagonista das ações, portanto o CFP e CRPs darão apoio aos
333 movimentos. Andréa Esmeraldo informou que no Rio Grande do Norte isso tem acontecido
334 com apoio da ONG Acalanto, que apoia adoções. No Ceará essa ONG também tem
335 incidência. Foi solicitada participação em uma reunião com o Movimento de População de
336 Rua no Rio Grande do Norte, na qual Andréa Esmeraldo irá representar o CFP, em diálogo
337 com a Ana Luiza. Andréa Esmeraldo fez um resumo de outros encaminhamentos retirados
338 pela Comissão de Direitos Humanos, entre eles, fazer o levantamento dos pesquisadores
339 que vão compor o caderno do Crepop sobre população em situação de rua; e lançar uma
340 nota coletiva em conjunto com outras instituições profissionais que estudam o assunto.
341 Houve breve debate sobre como se faz necessário estudar o assunto dialogando com a nova
342 lei de adoção. Foi destacado que essas iniciativas têm características de fascismo,
343 compondo um processo higienista. Sandra Spósito fez um relato do que acontecia em
344 Bauru, quando psicólogas de uma instituição tinham o papel de avisar juízes sempre que
345 tomavam conhecimento de uma gestante com problemas de drogas. Havia psicólogas que
346 se negavam a isso, mas uma costumava fazer essa tarefa, entendendo que estava praticando
347 uma boa psicologia. Na ocasião, o CRP chamou a psicóloga e orientou a não fazer isso.
348 Isso gerou uma reunião com profissionais da rede, psicólogas e assistentes sociais com as
349 equipes de um abrigo. Ela destacou que as psicólogas do abrigo se colocaram a favor desse
350 papel de informar os juízes para o processo de adoção. Elas alegam que essas mães não
351 aderem as políticas. Sandra Spósito falou da importância de o CFP se posicionar sobre o
352 assunto e lembrou que isso já surgiu no GT de políticas para mulheres, a pedido do CRP-
353 04-MG. Ela sugeriu usar o GT de forma consultiva sobre o tema. Regina Pedroza falou da
354 importância de se tratar do tema defendendo condições para as mulheres em situação de
355 vulnerabilidade terem escolha e condições de criar seus filhos. Iolete Ribeiro informou que
356 está em construção uma proposta de seminário sobre adoção, em que esse assunto pode ser
357 incluído. 25. REUNIÕES DO CFP COM A ANS EM 3-5-18 – INFORMES E
358 ENCAMINHAMENTOS: Rosane Granzoto informou que houve reunião na sede da ANS –
359 Agência Nacional de Saúde com ela, Pedro Paulo Bicalho e Alexandre Trzan, com duas
360 diretorias. Em uma delas se falou do fator de qualidade, sobre como interferir na forma de
361 avaliação das clínicas e dos profissionais, porque isso interfere nos valores a serem pagos
362 aos psicólogos que atendem por planos de saúde. Chegou-se à conclusão de que é preciso
363 rever o formulário que é utilizado para tanto, pois ele é voltado para a área médica. No
364 entanto, esse formulário é modificado somente dentro de certa periodicidade, assim, é
365 preciso aguardar a próxima oportunidade. Na outra diretoria houve conversas sobre como
366 aumentar a quantidade de procedimentos oferecidos em Psicologia. A conselheira avaliou
367 que há muita resistência. Ela explicou que existe uma comissão que chama Cosaúde, que
368 estuda e trabalha na mudança de procedimentos e conta com uma representação dos

Handwritten signatures and initials in blue ink at the bottom of the page, including names like 'MBA', 'P', and '8'.

415 a revista impressa tem um custo alto e ela não chega onde deveria chegar. Assim, com a
416 verba que seria destinada à impressão da revista, é possível ter uma proposta de
417 acessibilidade na versão online. A proposta de transformar a revista em fluxo contínuo a
418 partir de 2019 foi aprovada por unanimidade. 29. PEDIDO DE INCLUSÃO DE PONTO
419 PARA A PRÓXIMA PLENÁRIA: Paulo Maldos pediu para incluir na próxima plenária
420 uma pauta da Comissão de Direitos Humanos, para fazer um balanço das atividades, ouvir
421 sugestões e tratar da campanha nacional. 30. FNTSUAS – Fórum Nacional dos
422 Trabalhadores do Sistema Único de Assistência Social: Andréa Esmeraldo informou que o
423 CFP se manteve na Secretaria Executiva do FNTSUAS. 30. PRÊMIO DIREITOS
424 HUMANOS 2018 – MINISTÉRIO DOS DIREITOS HUMANOS: Paulo Maldos explicou
425 que esse prêmio é entregue pelo Presidente da República, em várias categorias, sempre para
426 pessoa física e pessoa jurídica. O próximo abrangerá a atuação em direitos humanos no
427 período de 2016 a 2018. Perguntou sobre o interesse do CFP de se candidatar a receber o
428 prêmio ou ser indicado por alguém. Foi avaliado que o prêmio tem visibilidade e que o CFP
429 tem uma trajetória com as Resoluções CFP nº 001/1999 e 001/2018 que justificam
430 concorrer ao prêmio. A indicação do CFP para concorrer ao prêmio foi aprovada por
431 unanimidade. A inscrição deve ser feita até segunda-feira. A reunião foi encerrada às
432 dezessete horas e sete minutos. Esta ata foi lavrada por mim, Pedro Paulo Gastalho de
433 Bicalho, Secretário-Geral do CFP, a qual foi lida e assinada por todos os presentes acima
434 nomeados e referenciados.

Luísa Casaroff
Pátria & unidade, pela pátria

Beubosa

João de Deus

Jureno de Duarte Aguiar

Marcelo Helmer Alves

Almeida

A

RA

De De... (signature)

AmB... (signature)